

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEZEMBRO DE 2021

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. (Banco ou BIB) submete a vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, examinadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico: Ao final de 2021 a política monetária começou a ser apertada na maioria dos países. Nos EUA, a última ata da reunião do Comitê de Mercado Aberto do Fed (FOMC) revelou um aumento no grau de preocupação da maioria de seus membros devido à aceleração da inflação e o aquecimento do mercado de trabalho. Por conta disso, decidiram antecipar o fim do *tapering* (programa de compra de ativos) e apontaram para três altas da taxa básica de juros em 2022. Na Zona do Euro, a atividade econômica foi afetada negativamente pelas medidas de distanciamento adotadas para lidar com a variante Ômicron. A China, por outro lado, aumentou o estímulo monetário, com a redução no compulsório e quedas nas taxas de juros. O objetivo anunciado pelo governo é de estabilizar o crescimento econômico. No cenário doméstico, em sua última reunião, o COPOM aumentou a taxa de juros em 1,5 p.p. e avaliou que será necessária a manutenção do ciclo de aperto monetário, para garantir a convergência da inflação para a meta ao longo de 2022 e 2023, que ficou pressionada principalmente devido ao aumento dos preços de combustíveis e energia. No campo fiscal, os dados divulgados seguem positivos e acima da expectativa, indicando que o resultado primário de 2021 deve ser positivo. O orçamento de 2022 foi aprovado, com espaço aberto pela PEC dos precatórios sendo usado em sua plenitude. Entretanto, a perspectiva para 2022 segue ruim, com greves de funcionários públicos exigindo reajustes salariais e podendo indicar gastos adicionais. Para o cenário político, teremos eleição presidencial. Com os esforços voltados para as campanhas, as reformas estruturais necessárias que o país precisa para ter um ambiente seguro e atrativo de negócios não devem avançar em 2022.

Perfil de Atuação: O Banco Industrial do Brasil S.A. atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85% de operações de atacado e 15% de varejo. A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, mas sim de garantir *funding* competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do exercício representava 127,3% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 13,5%.

Desempenho: O BIB registrou lucro líquido de R\$ 74,5 milhões no exercício de 2021, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 12,0% no período. O patrimônio líquido, no encerramento do período, atingiu o saldo de R\$ 645,9 milhões.

Crédito: A carteira de crédito do Banco, totalizou R\$ 4.672,1 milhões, representando aumento de 16,2% quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já a carteira de crédito expandida, incluindo as garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 4.829,4 milhões. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 0,4% da carteira ao final do exercício, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias. O segmento de *middle market* encerrou o exercício com um volume de R\$ 4.139,5 milhões, conforme nota explicativa nº 8. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado, apresentou um aumento, totalizando R\$ 532,7 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações: As captações do Banco Industrial totalizaram R\$ 5.288,0 milhões no final do exercício, representando crescimento de 24,3% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da Instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo, interfinanceiros e letras financeiras. Tais carteiras atingiram, no encerramento do período, o saldo de R\$ 3.947,1 milhões, representando crescimento de 14,9% em relação ao mesmo período de 2020.

Governança Corporativa: Administração: o BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e *Compliance* adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEZEMBRO DE 2021

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas, a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da Instituição, através de seus Agentes Setoriais de *Compliance*, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de *Compliance* e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o BIB disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de *rating*. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agredem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos.

Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes. O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, alterada pela Resolução nº 4.745/19 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, estrutura de gerenciamento de capital e política de divulgação de informações, o BIB possui uma gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos encontram-se aderentes às referidas Resoluções e o Relatório de Divulgação de Informações está disponível no site Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Recursos Humanos: O Banco Industrial do Brasil encerrou o exercício com 286 colaboradores, incluindo 2 através de programa social e 35 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

Ratings: Seguem os *ratings* obtidos pelo Banco Industrial junto às principais agências de classificação de risco:

• **Moody's:** Ba3 (Global) / A+ (Nacional) / Perspectiva Estável; • **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo 1 / *Disclosure:* Excelente

Relacionamento com os Auditores: De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, a KPMG Auditores Independentes não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial do Brasil e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

Agradecimentos: Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2021 E
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Controlador			Consolidado		
		2º semestre 12.2021	Exercício 12.2021	Exercício 12.2020	2º semestre 12.2021	Exercício 12.2021	Exercício 12.2020
Receitas da intermediação financeira		412.754	656.541	576.820	412.754	656.541	576.820
Operações de crédito	8f	249.743	433.813	359.723	249.743	433.813	359.723
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6e	29.351	45.346	26.242	29.351	45.346	26.242
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	17.428	12.250	23.345	17.428	12.250	23.345
Resultado de operações de câmbio	11	116.232	165.132	167.510	116.232	165.132	167.510
Despesas da intermediação financeira		(269.703)	(367.744)	(320.993)	(269.443)	(367.365)	(320.749)
Operações de captação no mercado	17c	(132.977)	(193.791)	(81.747)	(132.717)	(193.412)	(81.503)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17c	(136.726)	(173.953)	(239.246)	(136.726)	(173.953)	(239.246)
Resultado bruto da intermediação financeira		143.051	288.797	255.827	143.311	289.176	256.071
Perdas associadas ao risco de crédito		(7.990)	(30.889)	(26.826)	(7.990)	(30.889)	(26.826)
Operações de créditos	9	(7.990)	(30.889)	(26.826)	(7.990)	(30.889)	(26.826)
Outras receitas (despesas) operacionais		(70.224)	(132.184)	(137.073)	(69.836)	(131.877)	(137.261)
Receitas de prestação de serviços		5.687	10.814	9.707	8.794	14.862	11.582
Receitas de tarifas bancárias		4.211	7.321	6.706	4.211	7.321	6.706
Resultado de participações em controladas	15	479	643	273	-	-	-
Despesas de pessoal	21	(45.373)	(80.177)	(69.389)	(46.067)	(81.417)	(70.563)
Outras despesas administrativas	22	(23.594)	(43.040)	(35.521)	(23.749)	(43.343)	(35.800)
Despesas tributárias	23	(10.730)	(21.175)	(28.045)	(11.210)	(21.823)	(28.382)
Outras receitas / despesas operacionais	24	(904)	(6.570)	(20.804)	(1.815)	(7.477)	(20.804)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		64.837	125.724	91.928	65.485	126.410	91.984
Imposto de renda e contribuição social	13	(26.723)	(51.178)	(27.971)	(27.371)	(51.864)	(28.027)
Provisão para imposto de renda		(5.281)	(24.333)	(21.875)	(5.751)	(24.828)	(21.909)
Provisão para contribuição social		(6.922)	(22.480)	(17.585)	(7.100)	(22.671)	(17.607)
Ativo fiscal diferido		(14.520)	(4.365)	11.489	(14.520)	(4.365)	11.489
Lucro líquido do semestre / exercício		38.114	74.546	63.957	38.114	74.546	63.957
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		211,48	413,62	359,61			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2021 E
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020*(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)*

	Controlador / Consolidado		
	2º semestre	Exercício	Exercício
	12.2021	12.2021	12.2020
Lucro líquido do semestre / exercício	<u>38.114</u>	<u>74.546</u>	<u>63.957</u>
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração de resultado			
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(2.899)	(1.722)	842
Impostos sobre valor justo	(7.587)	(4.690)	(1.694)
Variação cambial sobre agência Bahamas	3.537	2.233	762
	<u>1.151</u>	<u>735</u>	<u>1.774</u>
Resultado abrangente do semestre / exercício	<u>35.215</u>	<u>72.824</u>	<u>64.799</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de Reais)

Nota	Capital social				Reserva de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de capital	Capital a realizar	Redução de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	372.222	-	-	-	73	26.421	155.585	(13.817)	-	540.484
Aumento de capital AGE 30/12/2020	-	16.300	(2.445)	-	-	-	-	-	-	13.855
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	842	-	842
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	63.957	63.957
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	3.198	-	-	(3.198)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	34.459	-	(34.459)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	-	-	(26.300)	(26.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	372.222	16.300	(2.445)	-	73	29.619	190.044	(12.975)	-	592.838
Mutações no período	-	16.300	(2.445)	-	-	3.198	34.459	842	-	52.354
Saldos em 31 de dezembro de 2020	372.222	16.300	(2.445)	-	73	29.619	190.044	(12.975)	-	592.838
Aumento / redução de capital:										
Reversão do aumento AGE 30/12/2020	-	(16.300)	2.445	-	-	-	-	-	-	(13.855)
Aumento AGE 16/04/2021	13.855	-	-	-	-	-	(2.930)	-	-	10.925
Aumento AGE 30/09/2021	-	11.000	-	-	-	-	-	-	-	11.000
Redução AGE 30/09/2021	-	-	-	(9.629)	-	-	-	-	-	(9.629)
Ajuste JCP	-	-	-	-	-	-	9.813	-	-	9.813
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(1.722)	-	(1.722)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	74.546	74.546
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	3.727	-	-	(3.727)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	42.819	-	(42.819)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	-	-	(28.000)	(28.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	386.077	11.000	-	(9.629)	73	33.346	239.746	(14.697)	-	645.916
Mutações no período	13.855	(5.300)	2.445	(9.629)	-	3.727	49.702	(1.722)	-	53.078
Saldos em 30 de junho de 2021	372.222	13.855	-	-	73	31.441	218.537	(11.798)	-	624.330
Aumento / redução de capital:										
Aumento AGE 16/04/2021	13.855	(13.855)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento AGE 30/09/2021	-	11.000	-	-	-	-	-	-	-	11.000
Redução AGE 30/09/2021	-	-	-	(9.629)	-	-	-	-	-	(9.629)
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(2.899)	-	(2.899)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	38.114	38.114
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	1.905	-	-	(1.905)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	21.209	-	(21.209)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	386.077	11.000	-	(9.629)	73	33.346	239.746	(14.697)	-	645.916
Mutações no período	13.855	(2.855)	-	(9.629)	-	1.905	21.209	(2.899)	-	21.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2021 E
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de Reais)

	Controlador			Consolidado		
	2º semestre 12.2021	Exercício 12.2021	Exercício 12.2020	2º semestre 12.2021	Exercício 12.2021	Exercício 12.2020
Lucro líquido ajustado do período	47.621	115.904	121.564	49.011	117.458	121.837
Lucro líquido do semestre / exercício	38.114	74.546	63.957	38.114	74.546	63.957
Depreciações / amortizações	1.723	3.350	1.578	1.723	3.350	1.578
Resultado de participações em controladas	(479)	(643)	(273)	-	-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.990	30.889	26.826	7.990	30.889	26.826
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M.	(2.899)	(1.722)	842	(2.899)	(1.722)	842
Provisões	3.031	9.341	28.598	3.942	10.252	28.598
Impostos diferidos	141	143	36	141	143	36
Variação em ativos operacionais - (aumento) / diminuição	(158.728)	(773.184)	(1.415.980)	(158.892)	(773.204)	(1.416.053)
Títulos e valores mobiliários	(56.750)	(78.646)	8.472	(56.750)	(78.646)	8.472
Instrumentos financeiros derivativos	(292)	(207)	1.924	(292)	(207)	1.924
Operação de crédito	(87.435)	(238.596)	(1.338.830)	(87.435)	(238.596)	(1.338.830)
Outros instrumentos financeiros	(25.719)	(458.185)	(76.017)	(25.883)	(458.205)	(76.090)
Créditos tributários	11.105	2.253	(12.256)	11.105	2.253	(12.256)
Outros ativos	363	197	727	363	197	727
Variação em passivos operacionais - aumento / (diminuição)	633.776	1.016.713	1.466.527	632.578	1.015.232	1.466.401
Depósitos e demais instrumentos financeiros	718.588	1.033.675	1.455.585	716.778	1.031.550	1.455.372
Outros passivos	(97.015)	(63.775)	(28.518)	(97.051)	(63.817)	(28.487)
Impostos sobre lucro	12.203	46.813	39.460	12.851	47.499	39.516
Caixa líquido proveniente / (aplicado) das atividades operacionais	522.669	359.433	172.111	522.697	359.486	172.185
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimento	11.365	21.863	(7.749)	11.365	21.863	(7.749)
Aquisição / alienação de investimentos	(573)	(774)	(744)	(573)	(774)	(744)
Aquisição / alienação de bens não de uso	4.065	16.372	17.648	4.065	16.372	17.648
Aquisição / alienação de Imobilizado de uso	7.873	6.265	(24.653)	7.873	6.265	(24.653)
Caixa líquido (proveniente) / aplicado nas atividades de financiamento	(13.629)	(19.746)	(12.445)	(13.629)	(19.746)	(12.445)
Aumento de capital	11.000	21.925	13.855	11.000	21.925	13.855
Redução de capital	(9.629)	(9.629)	-	(9.629)	(9.629)	-
Reversão de aumento de capital	-	(13.855)	-	-	(13.855)	-
Remuneração de capital próprio	(15.000)	(18.187)	(26.300)	(15.000)	(18.187)	(26.300)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	520.405	361.550	151.917	520.433	361.603	151.991
Modificações na posição financeira Caixa e equivalentes de caixa						
No início do período	358.832	517.687	365.770	358.998	517.828	365.837
No fim do período	879.237	879.237	517.687	879.431	879.431	517.828
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	520.405	361.550	151.917	520.433	361.603	151.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021***(Em milhares de Reais)***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco" ou "BIB") é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil, sediado na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.703 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Industrial do Brasil S.A. e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

Conforme Artigo 23º da Resolução BCB nº 2/2020 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Industrial do Brasil S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, foi dada pela Administração em 25 de janeiro de 2022.

a. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem o Banco Industrial do Brasil S.A. e as suas controladas relacionadas a seguir:

Denominação social	Atividade	Participação (%)	
		2021	2020
Participação direta:			
Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (IB DTVM)	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,64	99,64
Industrial do Brasil Administração de Créditos Ltda. (IB Créditos).	Prestação de serviços de crédito	99,99	99,99

Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi realizado a consolidação dos saldos da agência Bahamas. As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas nos períodos anteriores.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para a elaboração das Demonstrações Financeiras são os seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias a partir da data de aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

d. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. Substancialmente, as operações da agência no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Ativos**• Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021***(Em milhares de Reais)*

Conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme descrito a seguir:

Títulos e valores Mobiliários

- i. Títulos para negociação - Adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Tais títulos são considerados no circulante independente do prazo de vencimento do título.
- ii. Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- iii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos públicos e debêntures estão classificadas na categoria "disponíveis para a venda" e possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo esse ajuste lançado em conta específica do Patrimônio Líquido.

• Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Banco estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das Demonstrações Financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável.

Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como "hedge" de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, considerando a parte efetiva do hedge, deduzidas dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente.

• Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de: (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas; e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativas de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização foi válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco e as operações cedidas para o Banco sem coobrigação em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

• Outros Ativos: Outros valores e bens – Bens não de uso

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não honrados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

• Outros Ativos: Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

• Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

• Investimentos em participações em controladas

Os investimentos em controladas, nas Demonstrações Financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicável. O título de sócio efetivo não patrimonial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão é avaliado pelo valor patrimonial, informado pela respectiva bolsa.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

• Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens às taxas de 4% (vida útil de 25 anos), 10% (vida útil de 10 anos) e 20% (vida útil de 5 anos) para imóveis, equipamentos e outros imobilizados, respectivamente.

g. Passivos

• Depósitos e demais instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

• Outros passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução nº 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

• Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• Passivos contingentes - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível são divulgados em termos de quantidade e valores (Nota Explicativa nº 18); e

• Obrigações legais - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 18).

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social. Em 14 de julho de 2021, foi publicado a Lei nº 14.183/21 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho e dezembro de 2021. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

j. Avais e fianças

Os avais e fianças prestados pela Instituição são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros.

De acordo com a Resolução do BACEN nº 4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

k. Resultado recorrente / não recorrente - As políticas internas do Banco Industrial do Brasil consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no segundo semestre de 2021, no montante de R\$ 38.114 e no exercício de R\$ 74.546 foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. DISPONIBILIDADES

	Controlador		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda Nacional	212	198	406	339
Moeda Estrangeira	94.171	98.995	94.171	98.995
Total	94.383	99.193	94.577	99.334

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Aplicações no mercado aberto

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Até 30 dias		
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	700.123	318.491
Letras do Tesouro Nacional	28.000	100.003
Subtotal	728.123	418.494

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
De 181 a 360 dias	56.731	-
Subtotal	56.731	-
Total	784.854	418.494
Circulante	784.854	418.494

c. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Controlador e Consolidado		
	2º Semestre 2021	Acumulado 2021	Acumulado 2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	19.068	28.366	12.711
Posição bancada	16.761	25.754	12.091
Posição financiada	576	881	620
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros não ligadas	1.731	1.731	-
Subtotal	19.068	28.366	12.711
Rendas de aplicações em moedas estrangeiras*	953	2.241	2.952
Total	20.021	30.607	15.663

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide Nota Explicativa nº 6e).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Diversificação por tipo

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Títulos e valores mobiliários		
Carteira própria	169.013	91.383
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	19.901	17.996
Debêntures	3.703	16.468
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	47.691	-
Cotas de Fundos	1.639	1.557
Ações e Cotas	5.177	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	90.902	55.362
Vinculados a operações compromissadas	7.086	11.926
Debêntures	7.086	11.926
Vinculados à prestação de garantia	35.352	29.496
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	35.352	29.496
Total	211.451	132.805
Circulante	71.067	27.455
Não Circulante	140.384	105.350

(i) Os títulos e valores mobiliários no exterior são compostos, basicamente, por títulos de empresas estatais sediadas no Brasil, emitidos por bancos no exterior como renda fixa no valor total de R\$ 29.010 (31/12/2020 – R\$ 12.017) e outros títulos de renda fixa no valor de R\$ 61.892 (31/12/2020 – R\$ 43.345).

Os títulos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Banco Itaú Nassau.

b. Diversificação por prazo

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Sem vencimento	6.816	1.557
Até 3 meses	64.194	2.223
A vencer entre 3 e 12 meses	57	23.675
A vencer entre 12 e 36 meses	84.235	68.980
A vencer entre 36 e 60 meses	-	11.845
A vencer entre 60 e 180 meses	24.803	11.196
Acima de 180 meses	31.346	13.329
Total da carteira	211.451	132.805
Circulante	71.067	27.455
Não circulante	140.384	105.350

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a melhor liquidez do instrumento. Existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de *hedge*, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de *hedge*.

Após a implementação da política de taxa de câmbio flutuante, a carteira de dólar vem sendo gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. Por outro lado, esses instrumentos financeiros derivativos, que não atendem à classificação de *hedge*, conforme parâmetros estabelecidos na Circular BACEN nº 3.082/02, mas que são utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultados do Banco.

Controles de gerenciamento de risco

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de Informações Gerenciais, sob gestão da Diretoria Administrativa, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de *hedge*. Essas informações são encaminhadas à Mesa Financeira e à área de Gestão de Riscos, que, nas reuniões diárias de caixa, define a melhor gestão das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, considerando riscos de mercado e de liquidez, providenciando os instrumentos de *hedge* necessários de acordo com a política previamente definida pela Administração.

As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado.

a. Posição

Operações de swap:

	Controlador e Consolidado			
	2021			
	Valor referencial	Valor de mercado CDI	Valor de mercado IGPM	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	66.635	75.148	(75.471)	(323)
Total	66.635	75.148	(75.471)	(323)

	Controlador e Consolidado			
	2020			
	Valor referencial	Valor de mercado CDI	Valor de mercado IGPM	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	24.204	27.560	(27.758)	(198)
Total	24.204	27.560	(27.758)	(198)

Operações de futuro:

	Controlador e Consolidado		Controlador e Consolidado	
	2021		2020	
	Posição comprada	Posição vendida	Posição comprada	Posição vendida
Mercado futuro (*):				
Taxa de juros - DI	-	1.926.510	-	1.769.771
Moeda	341.953	109.654	165.175	38.975
	341.953	2.036.164	165.175	1.808.746

(*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas (*hedge*) – vide Nota Explicativa nº 7e.

b. Diversificação por prazo de vencimento

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos estão distribuídos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos seguintes prazos de vencimento:

	Controlador e Consolidado			
	2021			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:				
CDI X IGP-M	(73)	(104)	(146)	(323)
Mercado futuro:				
Posição comprada	193.971	147.982	-	341.953
Posição vendida	1.479.145	557.019	-	2.036.164
	Controlador e Consolidado			
	2020			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:				
CDI X IGP-M	36	(174)	(60)	(198)
Mercado futuro:				
Posição comprada	77.836	87.339	-	165.175
Posição vendida	1.244.599	564.147	-	1.808.746

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas e representam seu valor de mercado. As operações de futuros e *swap* são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Os valores a receber e a pagar de operações de *swap* estão registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

Os tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos estão representados basicamente por:

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Letras do Tesouro Nacional	32.478	26.747
Cartas de Fiança	35.000	25.000
Total	67.478	51.747

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O valor das receitas e despesas líquidas estão demonstrados a seguir:

	Controlador e Consolidado		
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
	2021	2021	2020
Operações de <i>swap</i>	(27)	(169)	(161)
Contratos futuros	17.455	12.419	23.506
Total	17.428	12.250	23.345

e. Posições de Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

O Banco apresenta 3 cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- 1 - Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.
- 2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).
- 3 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

I – Demonstrativo de posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Instrumento financeiro derivativo	Montante da carteira protegida	Posição (a)
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				
Repasses do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	230.342	(235.381)	(5.039)
Hedge (*) – Banking Pré	Taxa de Juros			
Operações de crédito		(1.926.510)	2.481.175	554.665
Total		(1.696.168)	2.245.794	549.626

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular BACEN nº 3.082/02.

II - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Deterioração 1%	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge Cambial Dívida em moeda estrangeira	Derivativo (risco queda US\$)	(6)	(138)	(276)
	Dívida (risco aumento US\$)	166	4.085	8.033
	Efeito Líquido	160	3.947	7.757
Hedge Banking PRÉ Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	278	6.846	13.483
	Créditos (risco aumento Selic)	(2.643)	(62.817)	(119.519)
	Efeito Líquido	(2.365)	(55.971)	(106.036)
Efeito Líquido - Total		(2.205)	(52.024)	(98.279)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM Exposição Líquida	Cenário I Deterioração 1%	Cenário II Deterioração 25%	Cenário III Deterioração 50%
Book Cambial	Queda da moeda estrangeira	(5.039)	160	3.947	7.757
Book Pré	Alta do CDI	554.665	(2.365)	(55.971)	(106.036)
	Efeito Líquido Total	549.626	(2.205)	(52.024)	(98.279)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO

a. Diversificação por produto

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Setor privado:		
Contas garantidas	89.706	107.768
Financiamento em moedas estrangeiras	493.663	285.721
BNDES	-	459
Capital de giro	1.557.263	1.623.188
Vendor	9.580	12.437
Direitos creditórios	15.631	1.310
Crédito consignado	532.650	471.035
CDC equipamentos	10.654	3.467
Outros créditos:		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	685.180	239.227
Rendas a receber adiantamentos concedidos (*)	16.336	9.015
Devedores por compra de valores e bens	42.414	36.080
Compra de ativos (**)	1.219.059	1.230.267
Total antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.672.136	4.019.974
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(30.563)	(39.382)
Total geral	4.641.573	3.980.592
Circulante	3.512.311	2.662.605
Não circulante	1.129.262	1.317.987

(*) As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio e as rendas a receber de adiantamentos concedidos estão registradas no balanço na rubrica "Outros instrumentos financeiros passivos" (vide Nota Explicativa nº 10).

(**) Essas operações são classificadas sem coobrigações por parte do cedente, pois na compra dos ativos houve a transferência dos riscos e benefícios das operações.

As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, hipotecas, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens, duplicatas etc. Nas operações de FINAME as garantias são os bens objetos dos contratos.

b. Diversificação por atividade

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Setor privado:		
Indústria	1.077.958	680.856
Comércio	1.785.470	1.546.326
Intermediários financeiros	430	358
Serviços	1.275.782	1.161.393
Pessoas físicas	532.496	631.041
Total da carteira	4.672.136	4.019.974

c. Diversificação por prazo

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Setor privado:		
Vencidas	74.150	109.638
A vencer em até 3 meses	2.013.387	1.225.387
A vencer entre 3 e 12 meses	1.447.901	1.353.923
A vencer entre 12 e 36 meses	852.401	1.008.699
A vencer entre 36 e 60 meses	175.189	230.823
A vencer acima de 60 meses	109.108	91.504
Total da carteira	4.672.136	4.019.974

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

d. Cessão de crédito

Durante o exercício de 2021 foram cedidas operações de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 16.464 com sociedades não ligadas, pelo valor de R\$ 11.525, que geraram uma perda no montante de R\$ 4.939 (durante o exercício de 2020 foram cedidas operações de ACC sem coobrigação no montante de R\$ 1.580 com sociedades não ligadas, pelo valor de R\$ 538, no qual gerou uma despesa no montante de R\$ 1.042).

e. Concentração do crédito

	2021		2020	
	Risco	% do total	Risco	% do total
Maior devedor	108.455	2,32%	116.987	2,91%
10 maiores devedores	826.475	17,69%	646.707	16,09%
20 maiores devedores	1.309.298	28,02%	952.152	23,69%
50 maiores devedores	2.125.428	45,49%	1.536.534	38,22%
100 maiores devedores	2.737.863	58,60%	2.100.122	52,24%

f. Resultado das operações de crédito

	Controlador e Consolidado		
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
	2021	2021	2020
Operações de crédito			
Rendas de empréstimos	156.654	284.943	211.886
Rendas de financiamentos	23.033	23.040	128
Rendas de títulos descontados	60.541	104.780	87.379
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.009	10.388	10.540
Rendas de financiamento em moeda estrangeira	5.506	19.859	50.832
Despesa de cessão de crédito	-	(9.197)	(1.042)
Total de receitas com operações de crédito	249.743	433.813	359.723

9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação líquida da provisão para perdas esperadas associadas ao risco crédito foi a seguinte:

	2º Semestre	Controlador e Consolidado	
	2021	2021	2020
Saldo no início do período	(55.552)	(39.382)	(40.680)
Constituição líquida de provisão	(7.990)	(30.889)	(26.826)
Baixa para prejuízo	32.979	39.708	28.124
Saldo no fim do período	(30.563)	(30.563)	(39.382)

Apresentamos, a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:

Controlador e Consolidado						
2021						
Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Total das operações			Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		Curso normal	Atraso	Total	Total	
AA	0,0	3.400.657	-	3.400.657	-	
A	0,5	996.671	-	996.671	4.983	
B	1,0	137.620	3.727	141.347	1.413	
C	3,0	31.951	15.078	47.029	1.410	
D	10,0	6.998	48.366	55.364	5.536	
E	30,0	4.823	8.758	13.581	4.074	
F	50,0	1.077	4.571	5.648	2.824	
G	70,0	1.614	3.437	5.051	3.535	
H	100,0	3.496	3.292	6.788	6.788	
Total da carteira		4.584.907	87.229	4.672.136	30.563	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

12. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Controlador		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Carteira de câmbio	728.599	260.543	728.599	260.543
Rendas a receber	188	239	188	239
Devedores por depósito em garantia	85.145	84.473	85.145	84.473
Imposto de renda a compensar	4.654	20.182	5.061	20.324
Opções por incentivos fiscais	271	271	271	271
Devedores diversos – País / exterior	5.281	110	5.294	205
Adiantamentos e antecipações	1.752	1.858	1.777	1.883
Créditos vinculados (Nota Explicativa nº 10)	4.081	4.110	4.081	4.110
Diversos	147	147	156	319
Total	830.118	371.933	830.572	372.367
Circulante	744.973	287.460	745.427	287.894
Não circulante	85.145	84.473	85.145	84.473

13. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – CONTROLADOR / CONSOLIDADO

O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% (25% para o crédito que será realizado no período do segundo semestre de 2021) para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. Não foram constituídos créditos tributários nas outras sociedades componentes do consolidado em razão das incertezas quanto aos seus resultados futuros.

a. Natureza e origem dos créditos tributários

	2021			2020		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.826	6.260	14.086	12.457	9.964	22.421
Marcação a mercado de TVM	8.121	6.496	14.617	6.948	5.558	12.506
Passivo contingente	16.575	12.406	28.981	14.368	10.642	25.010
Total	32.522	25.162	57.684	33.773	26.164	59.937

b. Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício	Valor presente (i)
2022	6.623	6.040
2023	4.180	3.477
2024	1.231	934
2025	1.484	1.027
2026	44.166	27.875
	57.684	39.353

(i) Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 31 de dezembro de 2021 (0,77% a.m.).

c. Movimentação dos créditos tributários no período

	2021	2020
Saldo no início no período	59.937	47.681
Constituição no período	19.798	20.995
Reversão / realização no período	(22.051)	(8.739)
Saldo no fim no período	57.684	59.937
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	8,93%	10,11%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

d. Despesa com imposto de renda e contribuição social – controlador (acumulado)

	2021		2020	
	IR	CS	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	125.724	125.724	91.928	91.928
Remuneração do capital (JCP)	(28.000)	(28.000)	(26.300)	(26.300)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	97.724	97.724	65.628	65.628
Adições / exclusões	(6.982)	(6.982)	25.884	25.884
Resultado de equivalência patrimonial	(2.275)	(2.275)	(1.204)	(1.204)
Créditos baixados como prejuízo	(49.847)	(49.847)	(19.422)	(19.422)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.425	31.425	26.718	26.718
Passivos contingentes, cíveis / trabalhistas e fiscal	8.317	8.317	18.227	18.227
Ajuste a valor de mercado	(318)	(318)	(80)	(80)
Lucro no exterior	1.633	1.633	930	930
Outras inclusões / exclusões	302	302	295	295
Doações	3.781	3.781	420	420
Base de cálculo	90.742	90.742	91.512	91.512
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 25% (CS) – a partir de julho/2021	13.611	20.532	13.727	17.568
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$ 240	9.050	-	9.127	-
Incentivos fiscais	(802)	-	(994)	-
IR/CS Diferidos	79	64	15	17
Efeito ajuste JCP Dez./2020	2.395	1.884	-	-
Imposto de renda / contribuição social	24.333	22.480	21.875	17.585

14. OUTROS ATIVOS

a. Bens não de uso próprio

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Imóveis	141.814	158.186
Total	141.814	158.186
Circulante	141.814	158.186

b. Despesas antecipadas

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Comissão e Prêmios	30	26
Despesas antecipadas (i)	927	1.128
Total	957	1.154
Circulante	773	755
Não circulante	184	399

(i) Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

15. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

	2021 – 2º semestre			
	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.777	2.672	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do semestre	36	442	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	36	442	-	478
Valor contábil dos investimentos	4.796	3.115	2.026 (*)	9.937
Operações realizadas em controladas (**)				
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	144	116	-	260
Rendas de prestação de serviço	-	3.107	-	3.107

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

	2021			Total
	IB DTVM	IB Créditos	Outros	
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.777	2.672	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	27	615	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	27	615	-	642
Valor contábil dos investimentos	4.796	3.115	2.026 (*)	9.937
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	15	201	-	216
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.791	-	-	4.791
Títulos e valores mobiliários	-	4.728	-	4.728
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	204	150	-	354
Rendas de prestação de serviço	25	4.048	-	4.073

	2020			Total
	IB DTVM	IB Créditos	Outros	
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.805	2.385	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(7)	280	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	(7)	280	-	273
Valor contábil dos investimentos	4.769	2.499	1.251 (*)	8.519
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	25	152	-	177
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.745	-	-	4.745
Títulos e valores mobiliários	-	2.634	-	2.634
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	130	63	-	193
Rendas de prestação de serviço	50	1.873	-	1.923

(*) Investimento para incentivos fiscais, títulos patrimoniais, ações e cotas e obras de arte.

(**) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

16. IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual de depreciação (%)	Controlador e Consolidado			
		2021		2020	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
Outras imobilizações:					
Imóveis:					
Terreno	-	13.880	-	21.559	-
Edificações	4	-	-	6.033	(3.922)
Subtotal	-	13.880	-	27.592	(3.922)
Móveis e equipamentos	10	3.448	(1.640)	2.117	(1.478)
Sistema de comunicação	20	403	(278)	373	(271)
Sistema de processamento de dados	20	4.805	(3.045)	2.936	(2.828)
Sistema de segurança	10	71	(71)	71	(71)
Aeronaves / veículos	20	27.845	(3.193)	27.711	(389)
Subtotal		36.572	(8.227)	33.208	(5.037)
Total		50.452	(8.227)	60.800	(8.959)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

17. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS CLIENTES

a. Diversificação por produto

	Controlador		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos à vista	124.750	106.404	124.728	106.367
Depósitos interfinanceiros	463.842	406.434	459.051	401.689
Depósitos a prazo	1.848.383	1.836.917	1.843.655	1.834.283
Operações compromissadas	7.026	12.712	7.026	12.712
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	1.644.393	1.199.963	1.644.393	1.199.963
Empréstimos no exterior (**)	780.647	338.827	780.647	338.827
Obrigações por repasses no País (***)	-	458	-	458
Obrigações por repasses no exterior (****)	420.176	342.171	420.176	342.171
Outros recursos	8.358	18.763	8.358	18.763
Total	5.297.575	4.262.649	5.288.034	4.255.233

(*) Captações de recursos via Letras Financeiras – LTEL R\$ 209.403 (31/12/2020 – R\$ 520.987) com garantia via recebíveis da instituição financeira e Letras Financeiras R\$ 909.347 (31/12/2020 – R\$ 386.582), Letras de Crédito Imobiliário R\$ 89.576 (31/12/2020 – R\$ 81.546), e Letras de Crédito do Agronegócio R\$ 436.066 (31/12/2020 – R\$ 210.848).

(**) São compostos basicamente por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até outubro de 2022.

(***) Referem-se a repasses de recursos do FINAME. Sem operações para o período.

(****) Em 1º de junho de 2017, o Banco Industrial do Brasil recebeu do IFC (*International Finance Corporation*) uma linha de crédito de US\$ 81,2 milhões nas seguintes condições: 1) empréstimo A no montante de US\$ 46,7 milhões pelo prazo de 5 anos (IFC + MCPP), que foram amortizados parcialmente em 15 de junho de 2019, 2020 e 2021; 2) empréstimo B de US\$ 34,5 milhões por um prazo de 2 anos feito junto a um sindicato de bancos, que foi liquidado integralmente em 15 de junho de 2019. Esses recursos são destinados a empresas com mulheres em sua gestão.

Em 13 de julho de 2017, o Banco recebeu do DEG um novo empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 7 anos. Em 30 de junho de 2020, o Banco recebeu mais um empréstimo sênior do DEG no montante de US\$ 12,0 milhões com vencimento em 7 anos. Em dezembro de 2021, o Banco captou um novo empréstimo sênior junto ao DEG e Proparco (*Société de Promotion et de Participation Pour la Coopération Economique S.A.*) no valor de US\$ 40,0 milhões por 7 anos. Os recursos das três linhas com o DEG, são destinados a empresas de médio porte, PMEs.

Todas essas linhas de crédito exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

b. Diversificação por prazo

	Controlador		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Sem vencimento	124.750	106.404	124.728	106.367
A vencer em até 3 meses	1.137.293	957.153	1.132.874	957.009
A vencer entre 3 e 12 meses	1.919.400	1.875.490	1.917.853	1.869.892
A vencer entre 12 e 36 meses	1.808.610	1.143.321	1.805.056	1.141.684
A vencer entre 36 e 60 meses	61.913	149.184	61.913	149.184
A vencer entre 60 e 180 meses	245.609	31.097	245.610	31.097
Total	5.297.575	4.262.649	5.288.034	4.255.233

c. Despesas de captações, empréstimos, cessões e repasses

	Controlador		Consolidado	
	2º Semestre	Acumulado	2º Semestre	Acumulado
	2021	2021	2021	2021
Operações de captações no mercado				
Depósitos interfinanceiros	18.357	25.517	18.213	25.313
Depósitos a prazo	59.438	90.177	59.322	90.002
Captações no mercado aberto	839	1.407	839	1.407
Letras de crédito do agronegócio	14.119	18.439	14.119	18.439
Letras de créditos imobiliários	2.689	3.675	2.689	3.675
Letras financeiras	35.490	50.606	35.490	50.606
Outros	2.045	3.970	2.045	3.970
Subtotal	132.977	193.791	132.717	193.412
Operações de empréstimos e repasses				
Despesa de obrigações com banqueiro no exterior	106.014	143.238	106.014	143.238
Obrigações por repasses no País	-	3	-	3
Obrigações por repasses no exterior	30.712	30.712	30.712	30.712
Subtotal	136.726	173.953	136.726	173.953
Total	269.703	367.744	269.443	367.365

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

	Controlador	Consolidado
	Acumulado	Acumulado
	2020	2020
Operações de captações no mercado		
Depósitos interfinanceiros	10.419	10.289
Depósitos a prazo	45.598	45.485
Captações no mercado aberto	929	929
Letras de crédito do agronegócio	996	996
Letras de créditos imobiliários	2.520	2.520
Letras financeiras	19.101	19.101
Outros	2.184	2.183
Subtotal	81.747	81.503
Operações de empréstimos e repasses		
Despesa de obrigações com banqueiro no exterior	142.298	142.298
Obrigações por repasses no País	102	102
Obrigações por repasses no exterior	96.846	96.846
Subtotal	239.246	239.246
Total	320.993	320.749

18. PROVISÕES

O Banco e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; (ii) Fiscais e Previdenciárias – Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis - promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos - Devedores por depósitos em garantia". Os processos de natureza fiscal e trabalhista segue as normas do CPC 25, e os processos cíveis são calculados pela média histórica das perdas e ganhos ocorridos nos últimos 3 anos.

O Banco e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não esperam a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Existem 15 casos de reclamações trabalhistas classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 4.968. O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controlador	
	2021	2020
Provisão para contingências	100.650	91.257
Trabalhistas	15.885	11.808
Outras contingências fiscais (*)	70.214	69.645
Cíveis (**)	14.551	9.804
	Consolidado	
	2021	2020
Provisão para contingências	101.842	91.538
Trabalhistas	17.077	12.089
Outras contingências fiscais (*)	70.214	69.645
Cíveis (**)	14.551	9.804

(*) Outras Contingências Fiscais compreendem critérios de apuração de base de cálculo de PIS e COFINS, entre outros.

(**) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

São concedidos créditos por meio de avais e fianças vinculados a contratos de licitações, garantias judiciais e outros no montante de R\$ 157.249 (R\$ 137.015 em 31 de dezembro de 2020).

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Garantias prestadas		
Vinculados a licitações, leilões	5.210	3.454
Fornecimento de mercadorias	39.483	21.294
Distribuidora de TVM por Oferta Pública	12.500	-
Processos judiciais	68.359	65.910
Fianças bancárias	31.697	46.357
Total	157.249	137.015
Provisão para garantias prestadas		
Vinculados a licitações, leilões	19	-
Fornecimento de mercadorias	104	185
Distribuidora de TVM por Oferta Pública	63	-
Processos judiciais	337	323
Fianças bancárias	112	179
Total	635	687

c. Movimentação das provisões

	Controlador				
	12.2020	2021			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	91.257	8.824	-	569	100.650
Trabalhistas	11.808	4.077	-	-	15.885
Outras contingências fiscais	69.645	-	-	569	70.214
Cíveis	9.804	4.747	-	-	14.551
Provisão para garantias prestadas	687	-	(52)	-	635
Total provisão	91.944	8.824	(52)	569	101.285

	Controlador				
	12.2019	2020			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	62.622	18.291	(64)	10.408	91.257
Trabalhistas	6.588	5.220	-	-	11.808
Outras contingências fiscais	48.857	10.380	-	10.408	69.645
Cíveis	7.177	2.691	(64)	-	9.804
Provisão para garantias prestadas	724	121	(158)	-	687
Total provisão	63.346	18.412	(222)	10.408	91.944

	Consolidado				
	12.2020	2021			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	91.538	9.735	-	569	101.842
Trabalhistas	12.089	4.988	-	-	17.077
Outras contingências fiscais	69.645	-	-	569	70.214
Cíveis	9.804	4.747	-	-	14.551
Provisão para garantias prestadas	687	-	(52)	-	635
Total provisão	92.225	9.735	(52)	569	102.477

	Consolidado				
	12.2019	2020			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	62.903	18.291	(64)	10.408	91.538
Trabalhistas	6.869	5.220	-	-	12.089
Outras contingências fiscais	48.857	10.380	-	10.408	69.645
Cíveis	7.177	2.691	(64)	-	9.804
Provisão para garantias prestadas	724	121	(158)	-	687
Total provisão	63.627	18.412	(222)	10.408	92.225

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

19. OUTROS PASSIVOS

	Controlador		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.044	34	1.044	34
Sociais e estatutárias	6.800	5.963	6.800	5.963
Fiscais e previdenciárias	15.402	46.454	16.193	46.583
Tributos sobre lucros a pagar	9.459	39.428	10.145	39.483
Impostos e contribuições a recolher	5.943	7.026	6.048	7.100
Negociação e intermediação de valores	4.852	366	4.852	366
Provisão para pagamentos a efetuar	16.685	10.275	16.736	10.332
Credores diversos – País / exterior	22.381	20.393	22.607	20.631
Diversas	483	1.124	483	1.124
Total	67.647	84.609	68.715	85.033
Circulante	67.647	84.609	68.715	85.033

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social de R\$ 387.448 (31/12/2020 – R\$ 386.077) do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas, sendo 117.604.977 ordinárias, pelo valor nominal de R\$ 3,282829 e 59.540.196 preferenciais, pelo valor nominal de R\$ 6,484308. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante legislação em vigor. Em 31 de dezembro de 2020 conforme AGE foi efetuado aumento de Capital no montante de R\$ 16.300, Capital a integralizar no montante de R\$ 2.445. Esta AGE foi retificada em 16 de abril de 2021 com aumento efetivo de R\$ 13.855, sendo que R\$ 2.930 foram incorporados da reserva estatutária. Na AGE de 30 de setembro de 2021 foi efetuado aumento de capital no montante de R\$ 11.000 e também prevê a redução de capital de R\$ 9.629 de processo elencado na Nota Explicativa nº 32.

b. Reservas

Reserva de lucro - Reserva legal

A Reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 3.748 (31/12/2020 – R\$ 3.198). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2021 atingiu o montante de R\$ 33.367 (31/12/2020 – R\$ 29.619).

Retenção de lucros – Reservas estatutárias

O estatuto do Banco prevê a destinação de reserva, à disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. O valor constituído de reserva estatutária em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 50.087 (31/12/2020 – R\$ 34.459). O saldo da reserva estatutária em 31 de dezembro de 2021, que inclui o ajuste da JCP de R\$ 9.813, atingiu o montante de R\$ 240.131 (31/12/2020 – R\$ 190.044).

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante legislação em vigor.

Durante o exercício de 2021, o Banco pagou a remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 28.000 (R\$ 26.300 distribuídos no exercício 2020).

21. DESPESAS DE PESSOAL

	2021			
	Controlador		Consolidado	
	2º Semestre	Acumulado	2º Semestre	Acumulado
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(2.762)	(5.524)	(2.762)	(5.524)
Benefícios (i)	(6.299)	(12.236)	(6.461)	(12.547)
Encargos sociais	(6.130)	(11.682)	(6.371)	(12.026)
Proventos	(29.991)	(50.391)	(30.282)	(50.976)
Outros	(191)	(344)	(191)	(344)
Total	(45.373)	(80.177)	(46.067)	(81.417)

	2020	
	Controlador Acumulado	Consolidado Acumulado
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(5.466)	(5.466)
Benefícios (i)	(11.329)	(11.642)
Encargos sociais	(11.222)	(11.439)
Proventos	(41.121)	(41.765)
Outros	(251)	(251)
Total	(69.389)	(70.563)

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale-transporte, entre outros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021			
	Controlador		Consolidado	
	2º Semestre	Acumulado	2º Semestre	Acumulado
Água, energia e gás	(345)	(672)	(351)	(681)
Aluguéis	(814)	(1.693)	(842)	(1.748)
Comunicações	(1.152)	(2.455)	(1.168)	(2.486)
Manutenção e conservação de bens	(1.944)	(3.234)	(1.944)	(3.235)
Materiais	(199)	(398)	(202)	(402)
Processamento de dados	(4.375)	(8.466)	(4.375)	(8.466)
Promoções e relações públicas	(1.622)	(2.600)	(1.622)	(2.600)
Publicações	(100)	(352)	(100)	(352)
Seguros	(71)	(151)	(71)	(151)
Serviços do sistema financeiro	(503)	(1.458)	(539)	(1.528)
Serviços de terceiros	(5.857)	(9.509)	(5.870)	(9.533)
Serviços técnicos especializados	(4.232)	(6.408)	(4.285)	(6.509)
Transportes	(113)	(253)	(113)	(253)
Viagens	(267)	(407)	(267)	(407)
Amortização e depreciação	(1.723)	(3.350)	(1.723)	(3.350)
Outras despesas administrativas	(277)	(1.634)	(277)	(1.642)
Total	(23.594)	(43.040)	(23.749)	(43.343)

	2020	
	Controlador	Consolidado
	Acumulado	Acumulado
Água, energia e gás	(578)	(586)
Aluguéis	(2.540)	(2.591)
Comunicações	(2.756)	(2.781)
Manutenção e conservação de bens	(2.548)	(2.553)
Materiais	(325)	(326)
Processamento de dados	(9.361)	(9.361)
Promoções e relações públicas	(1.067)	(1.069)
Publicações	(281)	(284)
Seguros	(226)	(226)
Serviços do sistema financeiro	(1.429)	(1.485)
Serviços de terceiros	(6.158)	(6.180)
Serviços técnicos especializados	(4.759)	(4.856)
Transportes	(552)	(553)
Viagens	(267)	(268)
Amortização e depreciação	(1.578)	(1.578)
Outras despesas administrativas	(1.096)	(1.103)
Total	(35.521)	(35.800)

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Controlador		Consolidado	
	2º Semestre	Acumulado	2º Semestre	Acumulado
	2021	2021	2021	2021
Tributos federais / municipais	(975)	(1.927)	(1.001)	(1.979)
ISS	(382)	(807)	(537)	(1.011)
COFINS	(6.981)	(14.374)	(7.227)	(14.697)
PIS	(1.134)	(2.335)	(1.187)	(2.404)
Variação monetária	(1.258)	(1.732)	(1.258)	(1.732)
Total	(10.730)	(21.175)	(11.210)	(21.823)

	Controlador	Consolidado
	Acumulado	Acumulado
	2020	2020
Tributos federais / municipais	(2.161)	(2.215)
ISS	(971)	(1.067)
COFINS	(12.496)	(12.650)
PIS	(2.031)	(2.064)
Variação monetária	(10.386)	(10.386)
Total	(28.045)	(28.382)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

24. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	Controlador		Consolidado	
	2º Semestre 2021	Acumulado 2021	2º Semestre 2021	Acumulado 2021
Outras receitas operacionais	5.944	7.806	5.944	7.810
Variação monetária ativa	1.362	2.073	1.362	2.073
Lucros na alienação de valores e bens	2.669	3.820	2.669	3.820
Recuperação despesas administrativas	1.039	1.039	1.039	1.039
Reversão provisão	874	874	874	874
Outras	-	-	-	4
Outras despesas operacionais	(6.848)	(14.376)	(7.759)	(15.287)
Provisões contingências	(3.920)	(9.698)	(4.831)	(10.609)
Garantias financeiras prestadas	(107)	(163)	(107)	(163)
Prejuízo na venda de valores e bens	(156)	(516)	(156)	(516)
Doações	(2.447)	(3.781)	(2.447)	(3.781)
Outras	(218)	(218)	(218)	(218)
Total	(904)	(6.570)	(1.815)	(7.477)

	Controlador e Consolidado Acumulado 2020
Outras receitas operacionais	6.746
Variações monetárias	1.712
Lucro na alienação de valores e bens	5.034
Outras despesas operacionais	(27.550)
Provisões contingências	(7.904)
Outras despesas (*)	(10.385)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(8.841)
Doações	(420)
Total	(20.804)

25. INDICADORES DE RISCO (BASEILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

O índice de comprometimento do patrimônio de referência para o risco de operações é de 13,5% em 2021 (12,7% em 2020).

	Consolidado	
	2021	2020
Patrimônio de referência	634.934	592.856
Patrimônio de referência nível I	634.934	592.856
Títulos patrimoniais	10	10
Patrimônio de referência para limite de imobilização	634.924	592.846
Patrimônio de referência (a)	634.934	592.856
Alocação de capital por risco		
RWAcpad – crédito	330.819	337.809
RWAcam – câmbio	3.574	655
RWAjur – mercado	6.123	7.199
RWAopad – operacional	34.671	28.236
Patrimônio de referência exigido (b)	375.187	373.899
Margem (a - b)	259.747	218.957
Rban - Juros carteira não negociável	(76.710)	(58.127)
Margem (a - b)	183.037	160.830
Ativo ponderado pelo risco (i) (c)	4.689.837	4.673.731
Índice de Basileia (a/c)	13,5%	12,7%

Por meio da Resolução nº 4.783/20 do BACEN, implantou-se uma nova metodologia de apuração do ACP-Conservação, tendo em vista os reflexos da pandemia do COVID-19: 1,25% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021; 1,625% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021; 2,00% sobre o RWA, no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e, 2,5% sobre o RWA, a partir de 1º de abril de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais)

28. SEGUROS

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto a Chubb Seguros Brasil S.A., com vigência de 17 de junho de 2021 a 17 de junho de 2022, englobando uma única apólice garantindo matriz e filiais.

<u>Local de risco</u>	<u>Valor em risco</u>
Matriz	150.000
Ag Campinas	600
Ag Curitiba	600
Ag RJ	500
Ag Goiânia	500
Ag Belo Horizonte	500
Ag Salvador	300
Ag Rio Branco	150
Ag Manaus – Em fase de registro	150
Ag Macapá	100

A apólice inclui ainda sublimites conforme descrito a seguir:

<u>Cobertura do seguro</u>	<u>Sublimites</u>
Incêndio / raio / explosão / implosão / fumaça	100.000
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas decorrentes da cobertura básica)	18.000
Vendaval / furacão / impacto de veículos / queda de aeronaves / granizo / tornado	3.000
Responsabilidade civil operações	2.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Alagamentos / inundação	500
Roubo e furto de bens	500
Danos elétricos	500
Responsabilidades contingentes	200
Responsabilidade garagista / incêndio / roubo	300
Perda e/ou pagamento de aluguel	500
Despesas com desentulho do local em decorrência de incêndio, raio e explosão	200
Quebra de vidros	200
Roubo no interior do estabelecimento	100
Vazamento acidental de tanque, ruptura encanamento ou tubulações do imóvel	200
Roubo fora do estabelecimento	100
Fidelidade de empregados	1.000

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários.
b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

30. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>Controlador</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2º Semestre</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
No início do período	<u>358.832</u>	<u>517.687</u>	<u>365.770</u>	<u>358.998</u>	<u>517.828</u>	<u>365.837</u>
Caixa e equivalentes de caixa	358.832	517.687	365.770	358.998	517.828	365.837
No final do período	<u>879.237</u>	<u>879.237</u>	<u>517.687</u>	<u>879.431</u>	<u>879.431</u>	<u>517.828</u>
Caixa e equivalentes de caixa	879.237	879.237	517.687	879.431	879.431	517.828

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

31. COVID-19

Os reflexos causados pelo Covid-19 durante a Pandemia nas operações do Banco, foram notados principalmente com relação ao aumento da carteira de operações de crédito até 31 de dezembro de 2020, sendo que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a carteira sofreu um acréscimo em torno de 16,2%. Adicionalmente, após a flexibilização das medidas de prevenção contra o COVID-19, no período de 30 de setembro até 31 de dezembro 2021, o Banco continuou com as medidas sanitárias em função da nova variante Ômicron, no sentido de prevenção da contaminação de seus colaboradores, sendo elas:

- As dependências do BIB são higienizadas com frequência;
- As marcações do ponto eletrônico dos funcionários são efetuadas através do crachá por aproximação, sem a necessidade de ter contato com o equipamento, para não haver risco de contágio;
- Todos os colaboradores utilizam máscaras de proteção nas dependências do BIB;
- Está disponível em todos os andares álcool em gel e espuma para todo o público interno (colaboradores, visitantes, prestadores de serviço etc.);
- Orientações para o uso de elevadores com no máximo duas pessoas;
- Desenvolvimento de campanha educativa (*e-mails*, cartazes, comunicados diversos);
- Marcação indicativa de distância mínima entre pessoas no piso do hall de entrada, na recepção;
- Política de janelas e portas internas abertas para assegurar suficiente ventilação nos ambientes;
- Higienização frequente de equipamentos, mesas, cadeiras, interruptores etc.;
- Distanciamento entre pessoas;
- Priorização de reuniões de trabalho com colaboradores e clientes utilizando os canais eletrônicos disponíveis;
- Liberação de *home office* para casos suspeitos, ao primeiro sinal de algum sintoma, até que o funcionário obtenha orientação médica e resultado do teste de COVID-19;
- Liberação de *home office* para casos de colaboradores que tiveram contato com pessoas "positivas", até que seja possível a realização do teste de COVID-19, e liberação para trabalho presencial após resultado negativo;
- Acompanhamento periódico dos casos confirmados, em quarentena, até a liberação médica para retorno ao trabalho ou término da quarentena.
- É necessário apresentar para área de Recursos Humanos o teste de COVID-19, para os colaboradores que retornarem de férias ou licença.

Adicionalmente, além das medidas citadas acima, a partir de 03 de janeiro de 2022, o Banco está realizando semanalmente testes para a detecção de anticorpos para COVID-19 (IGM e IGG) nos colaboradores. Para a realização dos testes é efetuado um processo de triagem através da abordagem do questionário da Organização Mundial da Saúde (OMS), para identificação de sinais / sintomas e contato recente com o vírus. Em casos de resultados positivos, os Colaboradores são imediatamente afastados para a realização da confirmação viral através de RT PCR (vias respiratórias), bem como são adotados protocolos institucionais baseado nos riscos de cada área / atividade.

32. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

A AGE de 30/09/2021 deliberou sobre a cisão parcial do Banco Industrial do Brasil tendo por base imóvel sede do Banco, avaliado em 31/08/2021 e protocolado junto ao Banco Central do Brasil, com aprovação em janeiro de 2022.

A pretendida cisão parcial visa buscar uma maior eficiência na gestão dos ativos do Banco e distribuí-los entre as partes *vis-à-vis* os interesses de seus acionistas. Diante da justificativa acima, a Administração do Banco entende que a cisão parcial, na forma aqui disciplinada, representa a melhor alternativa para que o Banco e a CCM33 possam melhor desempenhar o seu fim social. O critério a ser utilizado para avaliação do patrimônio líquido do Banco a ser parcialmente cindido foi avaliado pelos ativos em conformidade com o disposto no artigo 183 da Lei nº 6.404/76 com as alterações e redações da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, tendo por base balanço patrimonial levantado na Data-Base, exclusivamente para fins da cisão parcial. A parcela cindida comporá o capital da sociedade CCM33 Participação e Incorporação Ltda. constituída exclusivamente para este fim.

O acervo avaliado para a cisão é composto da seguinte forma:

Ativos	Valores
Terrenos	7.678
Edificações	6.033
Depreciação de imóveis	(4.082)
Total	9.629

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

DALMO GOES - Contador
CRC 1SP 144.600/O-2 - CPF 028.235.258-90

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Industrial do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como controlador e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Industrial do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de janeiro de 2022.